

Capítulo XII - A Europa nas vésperas da guerra mundial

Enviado por Evgueni V. Tarlé
18-Fev-2008
Actualizado em 30-Abr-2009

A EUROPA NAS VÉSPERAS DA GUERRA MUNDIAL (1913-1914). 1. A EUROPA ARMA-SE FEBRILMENTE. O CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO DE 1.000 MILHÕES DE MARCOS NA ALEMANHA PARA AS DESPESAS DE GUERRA. RESTABELECIMENTO DOS TRÊS ANOS DE SERVIÇO MILITAR EM FRANÇA. Depois de tudo o que foi exposto nos capítulos precedentes, a história do último ano de paz na Europa pode ser narrada sem nos determos em explicações particulares, de tal modo todos os factos importantes desses últimos meses anteriores à guerra fluem logicamente do conjunto das circunstâncias preestabelecidas. O único critério aplicável para desenvolver da forma mais clara ante o leitor o encadeamento dos acontecimentos de 1913 e da primeira metade de 1914 é o relato cronológico de como, uma atrás da outra, as potências foram sendo arrastadas nessa torrente geral, cada vez mais vertiginosa, que as levava para o abismo. O pânico e as ameaças já não eram características exclusivas dum só campo: nos derradeiros meses antes da catástrofe, praticamente de forma simultânea, ambos os campos se ameaçavam mutuamente, e essas ameaças eram ditadas pelo medo de se verem superados pelos seus adversários. Nenhum dos governos da Tripla Aliança ou da Entente se manifestava “decididamente” contra a guerra. O fracasso da Segunda Conferência da Haia (1907) não atraiu desta vez a atenção de ninguém: tratava-se simplesmente de cumprir com uma mera formalidade a que teria sido um pouco embaraçoso não comparecer. Em 1912-1913, quando se falava do tribunal da Haia, era sempre com uma ligeira ponta de ironia. O sinal para o rearmamento, que se processou a uma velocidade incrível, partiu praticamente em simultâneo da Alemanha e da França. Logo em Fevereiro de 1913, intensificaram-se os ataques dos jornais alemães contra a França. Poincaré e o governo da República Francesa eram acusados pela imprensa alemã de querer derrogar a lei de 1905 sobre os dois anos de serviço militar, substituindo-a por uma nova lei de três anos de serviço militar obrigatório. De facto era o que Poincaré desejava, todavia o terreno ainda não estava devidamente preparado, nem no parlamento nem no país, para voltar a impor essa pesada carga a toda a população, e quem acabou por criar, para isso, as premissas necessárias foi o próprio governo imperial alemão. Entretanto, numa acção concertada, a imprensa imperialista alemã promovia um novo e grandioso plano de reforço do exército germânico. Em 1913, segundo as estimativas dos especialistas da Entente, o exército alemão em tempo de paz era composto por 724.000 homens (os dados oficiais alemães baixavam esse número para 530.000 efectivos). Agora resolvera-se reforçar o exército de um mínimo de 60.000 homens a um máximo de 140.000, e o governo anunciou no Reichstag que precisava de cobrar, para a imediata implementação dessa reforma, uma verba extraordinária de 1.000 milhões de marcos. De modo a obter tal soma, solicitava-se um imposto adicional sobre a propriedade e o rendimento, com taxas progressivas de 0,15 a 1% em relação à propriedade e de 1 a 8% para o rendimento tributável, a somar à carga fiscal directa ordinária (já por si bastante elevada). Este imposto suplementar, absolutamente inesperado, equivalia para algumas categorias de contribuintes à confiscação duma parte do seu património, dado que apenas com os seus rendimentos não lhes era possível pagá-lo. Quando em Março de 1913 o diário oficioso Norddeutsche Allgemeine Zeitung anunciou que o imposto se devia à necessidade de novas despesas militares extraordinárias, referiu que Guilherme II havia tomado essa decisão “ainda no mês de Janeiro”. Os franceses aproveitaram-se de imediato desta notícia, considerando-a como uma prova de que a iniciativa do rearmamento tinha partido da Alemanha, visto que só em Fevereiro se começara a falar em França da reimplantação do serviço militar de três anos. Mas não era isto o essencial. Pois todos estes acontecimentos que se sucediam ininterruptamente seguiam na mesma direcção. A 7 de Abril de 1913 o chanceler Bethmann-Hollweg pronunciou no Reichstag um extenso discurso que suscitou um vivo alarme na Europa. Era evidente que Guilherme II e o chanceler estavam a par do descontentamento dos círculos imperialistas alemães com os parcos resultados da política externa oficial, e que o imperador queria arrebatar a iniciativa duma política exterior agressiva ao príncipe herdeiro e aos grandes industriais e financeiros pangermanistas que estavam por trás dele. Via-se também que Guilherme e o chanceler não queriam dar tempo à Entente de se reforçar e que começavam a acalentar a ideia duma “guerra preventiva”. Nesse seu discurso Bethmann-Hollweg defendeu que as mudanças verificadas nos Balcãs tinham piorado a posição da Alemanha; utilizou os perigosos argumentos da hostilidade entre germanos e eslavos, do pan-eslavismo russo, do crescimento dos sentimentos antigermânicos em França; e acrescentou: “A nossa lealdade à Áustria-Hungria vai para além do apoio diplomático”. A imprensa patriótica alemã, entretanto, preparava activamente o terreno para a aprovação dos novos créditos militares e “explorava” por todos os meios o incidente fronteiriço ocorrido em Nancy, onde alguns alemães foram maltratados por franceses sem que a polícia gaulesa os houvesse defendido. O incidente resolveu-se rapidamente, mas durante vários dias consecutivos a imprensa pangermanista exigiu que se apresentasse um ultimatum à França. Precisamente nesse momento (em meados de Abril de 1913), Karl Liebknecht desmascarou as ligações financeiras e políticas que existiam entre a imprensa pangermanista e firmas como a Krupp, que fabricava material de guerra (sobretudo artilharia). Entre outras coisas, Liebknecht assinalou que as firmas alemãs, no fito de arranjamem pretextos para agitar a ameaça francesa, também se serviam da própria imprensa chauvinista em França. O mesmo fenómeno fora repetidamente constatado em França por Jaurès e outros líderes do partido socialista, que denunciavam as conexões existentes entre as famosas fábricas de armamentos Schneider (em Creusot) e as principais redacções parisienses. Mas estas denúncias não impediram os jornais de continuar a açular, um contra o outro, os dois povos. Em resposta ao discurso de Bethmann-Hollweg, o presidente da República

Francesa, Poincaré, foi a Londres (a 24 de Junho de 1913) em visita solene ao rei Jorge V. Esta visita e os discursos que então se trocaram entre o rei e o presidente deviam ser uma demonstração da inquebrantável solidez da Entente. Na Alemanha foi muito comentado um enigmático artigo do diário londrino Times a propósito da recém-efectuada visita de Poincaré, considerando-a, pelas suas consequências, a mais importante entre todas as visitas oficiais que ultimamente se haviam efectuado; e poucos dias após essa visita o Reichstag alemão aprovou, em terceira e final votação, a nova lei sobre o aumento dos efectivos do exército e concedeu, para além disso, ao governo todos os créditos que este tinha solicitado. Scheidemann, em nome do partido social-democrata, ainda protestou, proferiu algumas frases altissonantes, etc., mas a verdade é que as exigências do governo no plano fiscal receberam o seu apoio e foram assim facilmente aprovadas. No respeitante à renda, esse imposto extraordinário incidia sobre os grandes e médios rendimentos e isentava os pequenos (até aos 5.000 marcos). Porém desta feita os representantes do grande capital pouco protestaram (com a única excepção do grupo de conservadores encabeçado por Heydebrand): sabiam que se tratava de reforçar a capacidade militar para o conflito que se preparava e pelo qual ansiavam os seus corações. Mais ainda. A oposição imperialista, a oposição de direita cujo porta-voz, diga-se de passagem, era aquele já atrás mencionado Paul Liman, sublinhava que esta repentina exigência adicional de 1.000 milhões que se fazia ao povo, precisamente no ano em que se celebravam os 25 anos do reinado de Guilherme II, representava o completo fracasso de toda a política exterior do Império. “Ano do jubileu – ano de sacrifícios!”, exclamavam, para logo observarem que semelhantes sacrifícios apenas se podiam exigir ao povo em situações de extrema necessidade (“die härtest Not und der äusserste Zwang”). A conclusão a retirar era, pois, uma só: o povo alemão faria de bom grado esse sacrifício caso o governo por fim se dispusesse a pôr em marcha o seu poderoso exército, a armada, que era a segunda no mundo, a mobilizar as riquezas do país, o “patriotismo” da população, sem excluir uma grande parte da classe operária, na mira de romper o sufocante cerco com que a Entente mantinha a Alemanha assediada quer na Europa quer fora desta. Esse enorme sacrifício suportado sem a mínima objecção, esse milhar de milhões não orçamentado (e imprevisto) para novas unidades do exército e novas armas, essas constantes exortações a que “por fim” se iniciasse uma política enérgica, tudo isto colocava o governo imperial numa difícil situação. Havia que decidir. E, como que de propósito, a segunda guerra balcânica que se desencadeou no Verão de 1913 veio bruscamente agravar a posição da Áustria (porque reforçou a Sérvia, debilitou a Bulgária e alienou a Roménia, lançando-a nos braços da Entente). A Alemanha acabou então com as hesitações. Nos círculos governantes alemães o problema punha-se nos seguintes termos: Quem era, no interior da Entente, o inimigo principal e contra quem lhes seria mais conveniente empreender as acções de guerra. Bethmann-Hollweg, o chanceler do Império, cria firmemente que o inimigo principal era a Rússia e que uma guerra contra esta, mesmo que a França viesse em sua ajuda, seria incomparavelmente mais fácil e, sobretudo, traria resultados mais favoráveis do que uma guerra contra a Inglaterra. O ministro da Marinha, almirante von Tirpitz, pelo contrário, considerava que era preciso evitar, tanto quanto fosse possível, uma guerra contra a Rússia, indo-se para tal ao seu encontro, e que se deviam fazer os preparativos de guerra tendo presente em primeiro lugar a possibilidade de um conflito com a Inglaterra. Em 1913 os restantes dirigentes seguiam, na sua maioria, o ponto de vista de Bethmann-Hollweg. Vencer a Inglaterra, isto é, destruir-lhe a armada, desembarcar nas suas costas, marchar sobre Londres para ali exigir a cessão das colónias britânicas, parecia bem mais um delírio patriótico do que um projecto concreto, e von Tirpitz, claro está, não se propunha tais objectivos, mas sim a criação duma armada assaz poderosa que permitisse, no caso dum ataque inglês, levar a cabo com êxito uma guerra defensiva. Era o que ele dizia, porém, precisamente por ser de natureza defensiva, o seu ponto de vista tornava-se inaceitável. O grande capital e todos os que a este estavam vinculados exigiam conquistas, um novo “lugar ao sol”, “mais terra” (“mehr Land”), como mais tarde intitulou um dos seus belicosos libelos Franz Hochstetter, um ultra-imperialista. E isso só se podia obter da França e da Rússia. Em concreto, pretendia-se (e logo no primeiro ano da guerra esta converteu-se numa exigência formal de todas as organizações dos industriais) separar do território francês, na Europa, os dois cantões lorenos de Briey e Longwy, ricos em minério, e, ademais, exigir a cessão de colónias na África Central e Setentrional. Da Rússia seria possível conseguir a Curlândia, a parte russa da Polónia e, na melhor das hipóteses, também a Livónia (Letónia) e a Estónia, podendo-se, além disso, exigir a conclusão dum novo tratado comercial mais favorável à Alemanha. A vitória sobre a França afigurava-se difícil, mas, no entanto, perfeitamente exequível; já ao invés vencer a Rússia parecia ser coisa extremamente fácil e segura. O chanceler Bethmann-Hollweg não encontrava palavras suficientes para exprimir toda a sua antipatia e desprezo pelas forças russas, e os representantes do exército alemão, na sua esmagadora maioria, apoiavam-no neste aspecto. O Estado-maior alemão apenas mantinha na fronteira russa uma muito exígua parte das suas tropas; as forças e os meios principais estavam concentrados na fronteira ocidental do império. Na Alemanha eram, antes do mais, particularmente cépticos quanto a um eventual renascimento do exército russo após a derrota contra o Japão. Posteriormente perguntou-se com ira, na Alemanha, como é que Bethmann-Hollweg e outras pessoas responsáveis haviam podido eleger um critério tão estranho. Porque é que lhes parecera que teriam que se haver não com toda a Entente – à qual, apesar de todas as tentativas, não haviam conseguido dividir no espaço de dez anos –, mas apenas contra a Rússia e a França. A esta pergunta jamais foi dada uma resposta satisfatória. E se, na verdade, em 1919 ou 1922 ainda era muito difícil responder a tal questão, é óbvio que em 1913-1914 não só Bethmann-Hollweg se podia enganar a esse respeito como inclusive outras pessoas dotadas de maior capacidade intelectual, mais capazes que ele, quando comparadas com esse burocrata cumpridor e, no seu íntimo, de boa fé. Não era segredo para ninguém que a revolução persa e a subsequente divisão do país nas zonas russa, inglesa e neutral, nos termos do acordo anglo-russo de 31 de Agosto de 1907, não tinham restabelecido a tranquilidade na Pérsia. Na Alemanha seguia-se com redobrada atenção as constantes disputas e mal-entendidos que ali se verificavam entre os funcionários russos e ingleses, bem como entre os comerciantes e industriais de ambas as nações. Já estalara uma desagradável polémica, sobremaneira áspera, entre diários ingleses e russos próximos dos respectivos governos. A posição da Rússia na Pérsia, graças às condições geográficas, era muito mais vantajosa que a da

Inglaterra, de modo que a penetração russa tinha que se dar ali mais rapidamente. Tudo isto provocava em Inglaterra uma certa irritação. Estava-se, por certo, todavia muito longe dum real e autêntico esfriamento nas relações e de que se desmoronasse a Entente; porém os apressados publicistas da imprensa imperialista alemã e, como se viu mais tarde, o próprio governo alemão, começaram a convencer-se de que a Inglaterra não se propunha ajudar a Rússia na eventualidade dum choque entre esta e a Alemanha e a Áustria, que os tempos de Eduardo VII já eram idos e que a tradicional hostilidade anglo-russa havia de ressurgir dentro de muito pouco tempo. As marcadas e violentas recriminações dos órgãos jornalísticos da extrema-direita russa contra a França e a Inglaterra, e as suas declaradas simpatias pela Alemanha, não deixaram de também produzir o seu efeito. O chanceler Bethmann-Hollweg pensava que era chegada a hora de desenvolver com empenho uma política de paz em relação à Inglaterra e de, ao mesmo tempo, ir preparando activamente as frentes contra a Rússia e a França. De acordo com as previsões da diplomacia alemã, esta política “pacifista” deveria produzir uma tanto maior impressão porquanto a Inglaterra, em 1913-1914, se encontrava nas vésperas dum forte desenvolvimento do movimento operário, com um matiz revolucionário claramente expresso, e, simultaneamente, da guerra civil na Irlanda ou, quiçá, da secessão da Irlanda do Império Britânico. Como seria possível que, em meio a tais circunstâncias, quando ninguém a hostilizava e, inclusivamente, se pretendia viver com ela em paz, a Inglaterra viesse a intervir em ajuda da Rússia que, mal-grado os pactos, manifestamente desejava apoderar-se de toda a Pérsia? Talvez não mais se repetisse uma situação deste género, em que a Inglaterra não podia nem querer intervir contra a Alemanha. Mas, se assim era, teria sido um crime da parte do governo germânico não aproveitar a configuração das circunstâncias e deixar escapar essa ocasião. Esta última ilação já não era tanto Bethmann-Hollweg quem a extraía, mas sim outras pessoas, fosse na imprensa, fosse nos círculos mais próximos do imperador. Porém, manter-se-ia a Inglaterra por muito tempo à margem da luta? Teria a Alemanha tempo suficiente para derrotar a França e, em conjunto com a Áustria, fazer o mesmo à Rússia antes que a Inglaterra se decidisse a dar cartas neste assunto? A esta pergunta respondia afirmativamente Moltke, sobrinho do falecido marechal de campo (vencedor da França em 1870-1871), que naquela altura, em 1913-1914, ocupava o cargo de chefe do Estado-maior. A rápida vitória sobre a França e a Rússia estaria garantida pelo plano Schlieffen, o evangelho do exército alemão de cujos preceitos Moltke queria ser o fiel depositário e executor. O plano Schlieffen exercia uma influência tão poderosa e desmedida sobre as mentes dos alemães, a começar pelos círculos que rodeavam o imperador e terminando em David, Südekum, Frank e outros dirigentes da ala direita da social-democracia, que mesmo neste sucinto relato dos acontecimentos temos obrigatoriamente de dizer algumas palavras a tal respeito. Logo a partir do momento em que se iniciaram as negociações da aliança franco-russa, quer dizer, vinte e três anos antes do período de que agora estamos a falar, o Estado-maior alemão começara a elaborar os planos para uma guerra em duas frentes, tendo assentado em definitivo alguns pontos: 1) a guerra teria imperiosamente de se resolver em curto tempo; 2) um dos adversários teria de ser posto fora de combate com um ataque fulminante, concentrando-se contra este todas as forças e tendo de se sofrer, momentaneamente, a iniciativa do outro; 3) estando um dos adversários fora de combate, enfileirar todo o exército contra o outro, obrigando-o por sua vez a pedir a paz. Nos inícios de 1891 o conde Alfred von Schlieffen foi nomeado chefe do Estado-maior do exército prussiano. Até à sua resignação, que se verificou a 1 de Janeiro de 1906, o general Schlieffen mais não fez do que preparar, precisar e aperfeiçoar os planos de guerra alemães contra as aliadas França e Rússia. Partidário da estratégia de Napoleão, da designada luta visando o aniquilamento do adversário, responsável pela táctica de desferir ataques fulminantes e demolidores, Schlieffen tinha construído o seu plano com base na premissa de que a guerra teria de durar entre 8 a 10 semanas; neste prazo máximo a vitória alemã teria que definir-se. Schlieffen e os seus ajudantes elaboraram o plano da mobilização com uma minúcia tão extraordinária que, em alguns casos, haviam inclusive previsto e determinado a hora exacta do traslado das unidades do exército a caminho da frente e do início das primeiras operações. Quase todas as forças do exército alemão seriam lançadas sobre a França, porém não através da Alsácia e Lorena, mas através da Bélgica [Tarlé, quando menciona apenas a Bélgica, já está a referir-se à variante de Moltke ao plano inicial de Schlieffen], porque na primeira hipótese ter-se-ia que abrir uma brecha através do poderoso cinturão das fortificações francesas, ao passo que, passando pela Bélgica, poder-se-ia chegar até Paris cruzando a parte norte da França, sem encontrar mais resistência que a que fosse oposta pelo exército francês. Uma vez este derrotado e já no interior de Paris, os alemães concluiriam a paz ou, então, um armistício cuja cláusula principal estipularia a saída da França da guerra; e logo em seguida, utilizando a excelente rede ferroviária interna alemã, todo o exército germânico seria transferido com a maior rapidez possível para o leste e invadiria a Rússia. Far-se-ia a paz com a Rússia após se ter ocupado uma parte da Polónia russa e das províncias do Báltico. Não seria necessário internarem-se muito em território russo, visto que se previa que a Rússia, uma vez privada da ajuda da França, não estaria em condições de continuar com a guerra. Tal era, em linhas gerais, o plano Schlieffen. Tinha sido preparado entre 1891 e 1900 e, portanto, não podia tomar em conta a existência da Entente; a Inglaterra nem sequer era mencionada. Mas apesar do conde Schlieffen ter sido ainda chefe do Estado-maior durante quase dois anos após as primeiras diligências do acordo anglo-francês, e de que todavia estivesse em vida aquando da entrada da Rússia na Entente (faleceu em Janeiro de 1913), não introduziu nem propôs qualquer alteração ao seu plano. Quem se lhe seguiu também continuou a ter em conta tão-só a França e a Rússia. Esta circunstância, bizarra à primeira vista, explica-se, antes do mais, pelo facto de que a guerra, de acordo com o plano, devia terminar em poucas semanas e, por conseguinte, a Inglaterra, que carecia de um autêntico grande exército terrestre, não poderia participar dum modo sério na luta. A França e a Rússia já teriam concluído a paz enquanto o exército britânico ainda estaria em fase de organização. A rapidez das operações era uma premissa categórica, incondicional, em todos os cálculos de Schlieffen e da sua escola. Na sua convicção, o prolongamento da guerra significaria que se perdera a partida. Contudo, de momento, não nos interessa aqui tanto o efectivo valor estratégico do plano Schlieffen, mas mais o efeito psicológico que ele exercia. Naturalmente, ninguém, salvo o departamento secreto do Estado-maior, estava na posse dos detalhes, mas os traços gerais do plano eram conhecidos de todos, tanto na Alemanha como fora das suas fronteiras. E na Alemanha quase todos acreditavam

nesse plano, a começar pelos conservadores e a acabar nos social-democratas. Os críticos e cépticos como Hans Delbrück constituíam excepção. Delbrück opunha à napoleónica “Vernichtungsstrategie” (estratégia de aniquilamento) do adversário e às vitórias fulminantes uma outra estratégia, mais adequada para um país que se encontrava rodeado de inimigos que poderiam não fazer a paz tão depressa quanto seria de desejar, e esta era a “Ermattungsstrategie”, ou seja, a estratégia de extenuação. Quer dizer, a luta conducente ao esgotamento do adversário. Os teóricos do Estado-maior objectavam que esta última estratégia (adoptada por Frederico o Grande durante a Guerra dos Sete Anos) era agora, nos tempos actuais, absolutamente inaceitável para a Alemanha, e que com uma longa guerra seria arruinada, em primeiro lugar, a indústria alemã, o que determinaria antecipadamente o inevitável resultado de todo o conflito. E sublinhava-se que não fora a estratégia de Frederico, mas sim precisamente a napoleónica, aplicada pelo marechal de campo Moltke, que dera a brilhante vitória de 1870-1871 ao exército alemão. O que mais se entendia e lembrava do plano Schlieffen (sobretudo nas mais amplas massas populares) era apenas isto: que em poucas semanas a guerra estaria terminada. Esta ideia como que hipnotizava os alemães de todas as gerações. Um esforço de poucas semanas e a vitória estaria assegurada: gigantescas colónias cairiam nas mãos da Alemanha; na própria Europa, amplos territórios ricos em minério e campos de lavradio passariam para o seu poder. De um só golpe seria reparada uma injustiça histórica secular, e a Alemanha, que tinha chegado tarde à partilha do globo terrestre, obteria as melhores partes do império colonial francês, a Rússia converter-se-ia num seguro mercado fornecedor de matérias-primas e de venda para as mercadorias alemãs, a península balcânica e a Turquia ficariam economicamente submetidas à Alemanha, todo o continente se uniria em torno da Alemanha na luta contra o predomínio anglo-saxão, contra o capital inglês e norte-americano; a indústria alemã iria alcançar um nível sem precedentes, a classe operária, a classe operária alemã tomara o lugar à inglesa e, por sua vez, converter-se-ia quase na totalidade em “aristocracia operária”. E tudo isto podia ser obtido de forma segura com 8 semanas de grande empenho de esforços! Inclusive, não tinha que se gastar dinheiro: tudo seria saldado pela contribuição de guerra que a França haveria de pagar. Estas 8 semanas de Schlieffen deram, antes do mais, um grande entusiasmo, vigor e confiança à propaganda dos imperialistas; e era esta mesma ideia das 8 semanas que fazia crescer, ano após ano, nas fileiras de todos os partidos, social-democracia incluída, o número das pessoas que se iam habituando a prestar ouvidos e a escutar com simpatia os discursos sobre a política agressiva e que sonhavam com a conquista pela Alemanha de “um lugar ao sol”. O velho líder da bancada social-democrata no Reichstag, Bebel, falecido no mês de Agosto de 1913, chegou a dizer que, no caso duma guerra da Alemanha contra a Rússia, ele mesmo empunharia o fuzil e teria ido defender a pátria contra o despotismo russo. Estas palavras seriam citadas, com satisfação, nos necrológios que lhe foram dedicados em toda a imprensa alemã. E, dum modo geral, a ideia duma guerra contra a Rússia tinha sido sempre popular entre a social-democracia; era uma tradição que remontava a tempos já recuados, a 1849, aquando da expedição militar de Paskevitch e Riediger à Hungria para sufocar a revolução nacional nesse país. Esta circunstância facilitava de forma notável a acção do governo alemão em 1913-1914: com efeito, como já foi dito, o que se pretendia era precisamente uma guerra contra a Rússia, bem como contra a França, se esta se pusesse em campo ao lado daquela. A respeito da Inglaterra nem sequer se falava. Quanto à França, seria ela mesma a culpada pela sua sorte, por ter ligado o seu destino ao do czarismo russo e porque ela própria se propunha atacar a Alemanha. Havia uma nota discordante, uma certa incoerência entre esta agitação que parecia ser dirigida essencialmente contra a Rússia e o plano Schlieffen, que se baseava, na sua primeira fase, num ataque relâmpago contra a França, ou mais exactamente, contra a Bélgica e a França, e não contra a Rússia, cuja vez chegaria, por seu turno, durante o segundo mês de guerra. Tampouco era clara a razão que levava a crer que a Inglaterra não interviria, por mais pacífico que fosse o procedimento para com ela, caso se violasse a neutralidade da Bélgica, uma premissa indispensável do plano Schlieffen. Logo, não estava absolutamente demonstrado que a França, tendo a Inglaterra por aliada, faria a paz tão rapidamente quanto o desejado, e isto ainda que Paris fosse conquistada pelos alemães, e não preferisse, ao invés, prosseguir a guerra mesmo depois de ver perdida a sua capital. Porém em 1913 e 1914 bem pouco se reflectia sobre tudo isto: o tempo corria com extrema rapidez e os acontecimentos sucediam-se e acumulavam-se. Na Alemanha, como nos outros países, a reflexão começava de maneira evidente a ceder o lugar à imaginação, ao entusiasmo, às esperanças e aos anseios. A réplica da França ao novo rearmamento alemão não se fez esperar muito tempo. O presidente Poincaré, tendo recebido informações precisas acerca dos preparativos do governo alemão, convocou de imediato (a 4 de Março de 1913) ao Palácio do Eliseu o Conselho superior de guerra, que se pronunciou unanimemente pela reimplantação do serviço militar de três anos, sem excepções. Logo de seguida, o ministro da Guerra apresentou ao parlamento o projecto de lei dos três anos de serviço militar obrigatório. Poucos dias depois (a 20 de Março de 1913), Poincaré escreveu a Nicolau II uma carta em que, entre outras coisas, referia a necessidade de se “construir linhas-férreas na parte ocidental do império”, e acrescentava: “O grande esforço militar que o governo francês se propõe cumprir com o fito de conservar o equilíbrio das forças europeias torna necessárias, com particular urgência, as medidas adequadas relativamente às quais se puseram de acordo os Estados-maiores de ambas as potências aliadas”. O ministério de Briand demitiu-se (em consequência duma questão de política interna) e foi substituído a 22 de Março de 1913 pelo gabinete de Barthou, algo mais direito que o de Briand (59). Após um largo debate na Câmara que se prolongou por cerca de um mês e meio, foi aprovada a 19 de Julho de 1913, por uma maioria de 358 votos contra 204, a lei que restabelecia o serviço militar geral obrigatório de três anos.)onvocou de imediato (arno lemars acumulavam-se udo istocapital. (59) Barthou tinha sido ministro da Justiça no governo de Briand. Jaurès e os socialistas, de quem ele era o líder, lutaram longamente, mas sem êxito, contra essa resolução. A posição dos socialistas era difícil. Nos últimos congressos internacionais socialistas os delegados alemães tinham dado a entender, de forma bem definida, que não emprenderiam qualquer acção revolucionária contra o seu governo no caso de se iniciar uma guerra, ainda que não deixassem de erguer protestos platónicos contra o imperialismo e o militarismo. A Jaurès confrontaram-no com esse facto na Câmara dos Deputados, procurando desta forma minar os seus esforços na luta contra a conscrição por três anos e

alienar-lhe o apoio do partido radical, que havia acolhido de má vontade e duma maneira que era tudo menos favorável o dito projecto de lei. Por outro lado a propaganda antimilitarista, que tinha sido bastante forte em França entre 1905 e 1910, já havia começado esmorecer a partir de 1911 (após o incidente de Agadir), e em 1912-1913 continuara a decair progressivamente. Também ela era fortemente prejudicada pela posição da maioria dos social-democratas alemães nas questões da guerra e das relações internacionais em geral. A sistemática e enérgica propaganda na imprensa mais lida entre a média e a pequena burguesia francesa, numa campanha sustentada pelas grandes empresas capitalistas, continuava a semear o pânico nesses extractos sociais, tratando de lhes inculcar a ideia de que uma nova agressão alemã não estaria longe e de que a única salvação possível residia na aliança russa. As vacilações da média e da pequena burguesia, inclusive da relativamente “radical”, manifestaram-se abertamente no congresso ordinário do partido radical e dos chamados radical-socialistas que se celebrou na cidade de Pau em meados de Outubro de 1913. Constatando que era o próprio presidente Poincaré quem dirigia de facto toda a política externa, que as suas viagens de celebração da aliança a São Petersburgo e a Londres e, em geral, todos os seus actos contribuíam largamente para o agravamento da situação na Europa, o congresso dos radicais e radicais-socialistas adoptou uma resolução que condenava “os propósitos de realização duma política pessoal, perigosa para a autoridade das instituições parlamentares”. Porém no dia seguinte o congresso deu o dito por não dito, votando uma nova moção na qual se dizia que o partido afirmava a sua lealdade ao chefe supremo do Estado e colocava a sua pessoa acima das dissensões partidárias. E é preciso não esquecer que o congresso expressava uma posição idêntica à dos partidos que constituíam a maioria na Câmara. Dadas estas condições, Poincaré tinha todas as possibilidades de prosseguir a sua linha com firmeza. As duas partes adversárias como que competiam à porfia para se entreajudarem nas vicissitudes da agitação belicista e do instigar dos ódios nacionais. Logo no Outono de 1913 começaram a chegar do embaixador francês em Berlim, Jules Cambon, notícias muito alarmantes acerca duma brusca mudança de rumo por parte de Guilherme II. Através de Izvolski, o governo francês informou São Petersburgo. Eis o que Izvolski comunicava a 4 de Dezembro de 1917: “O imperador Guilherme, que até agora se distinguia pelos seus sentimentos pacíficos para com a França e, inclusive, sempre desejou uma aproximação, começa actualmente a inclinar-se, em grau crescente, para a opinião daqueles dos seus próximos, especialmente os militares, que estão convencidos da inevitabilidade duma guerra franco-alemã e que consideram, por isso, que quanto mais cedo estalar a dita guerra tanto melhor será para a Alemanha; de acordo com as mesmas informações, tal mudança nas opiniões do imperador Guilherme explica-se, entre outras coisas, com a impressão nele produzida pela posição que assumiu o herdeiro do trono e pelo receio de perder o seu prestígio no exército e em todos os círculos da Alemanha”. E de facto, em 1913-1914, o comportamento provocatório do príncipe herdeiro mais não fez do que agravar-se. Poucos dias antes da apresentação do ultimato austríaco à Sérvia, em Julho de 1914, o príncipe herdeiro permitiu-se um novo gesto no intento de agudizar ainda mais a situação, já por si muito tensa. Acabara precisamente então de aparecer o livro do tenente-coronel Frobenius, A hora fatal do Império, repleto dos mais desenfreados “exageros pangermanistas” (as palavras entre comas pertencem a Bethmann-Hollweg) e de ameaças bastante transparentes que se dirigiam às potências da Entente. O príncipe herdeiro apressou-se a enviar as suas vivas felicitações ao tenente-coronel Frobenius, tornando as mesmas públicas. A impressão produzida foi muito forte: em Inglaterra, na França e na Rússia o gesto do príncipe herdeiro foi interpretado como uma aberta e imediata ameaça de guerra. O chanceler Bethmann-Hollweg ficou de tal maneira irritado com tão inusitada saída (que baralhava as cartas todas à política externa alemã e expunha com demasiada clareza as suas intenções agressivas) que não só travou uma séria explicação com o príncipe, como ainda protestou formalmente ante o imperador, fazendo notar a impressão causada no estrangeiro (60). Guilherme fez de imediato uma severa admoestação ao príncipe, intimando-o a abster-se “de uma vez para sempre” de tais gestos e recordando-lhe, ademais, as promessas por ele feitas no passado e que não tinha mantido (61). Mas tudo isto, claro está, tinha que influir grandemente sobre Guilherme, e no preciso sentido de lhe acentuar as tendências belicistas. (60) Die deutschen Dokumente zum Kriegausbruch, tomo I, pág. 109, nº 84. Do chanceler ao imperador, Hohenfinow, 20 de Julho de 1914. (61) Idem, tomo I, pág. 128, nº 105. Do imperador ao príncipe herdeiro, Balholm, 21 de Julho de 1914. Para ambas as coligações contrárias, e a partir dos finais de 1913, a questão residia na escolha da alternativa mais vantajosa: dever-se-ia adiar o conflito ainda por algum tempo ou desferir de imediato o ataque? O problema colocava-se, como é óbvio, no plano exclusivamente financeiro e técnico-militar: em tudo o que concernia à posição de “princípio” de organizar um massacre mundial como meio idóneo para resolver as querelas existentes ambas as partes estavam em perfeita consonância. Porém, e como já foi dito atrás, todas as circunstâncias se conjugaram de tal forma que a tentação de “começar” o antes possível (losschlagen) tinha de se apoderar iniludivelmente, em finais de 1913 ou no decurso de 1914, bem mais da Alemanha e da Áustria do que da Entente. Se, por exemplo, a paz se tivesse mantido até 1916 ou 1917, existem todas as razões para pensar que não haveria sido a Alemanha, mas sim a Entente, quem teria achado mais oportuno atacar primeiro. A moral e o humanitarismo dos diplomatas e dos governantes de ambas as coligações políticas hostis estavam ao mesmo nível. Mas o facto das coisas terem acontecido como aconteceram, isto é, de que fosse a Alemanha a primeira a empunhar as armas, representou para a Entente, junto com alguns inconvenientes de monta (especialmente ao princípio), uma indiscutível vantagem: a Entente apressou-se a assumir uma postura de defesa. Mais adiante veremos que esta vantagem foi em muitos aspectos extremamente notável (62). (62) No prefácio do seu trabalho A guerra imperialista (1928), M. N. Pokrovski, citando esta passagem do meu livro, escreve: “O académico Tarlé esquece-se no entanto de mencionar que a incontestável vantagem da Entente não há caído à dita do céu como recompensa pelas suas virtudes, mas sim que a adquiriu com todo um mar de mentiras, desvios à verdade e falsificações jornalísticas...” Não se percebe como é que M. N. Pokrovski pôde dizer que o académico Tarlé se esqueceu deste facto. Nas “virtudes” da Entente eu creio mais ou menos tanto quanto M. N. Pokrovski. A Entente apenas fica em vantagem porque se soube aproveitar dos erros da Alemanha e, como é natural, serviu-se das mentiras e dos subterfúgios do mesmo idêntico modo que os seus inimigos. Porém

dizer isso não basta: o “ministério da propaganda” dirigido por Lord Northcliffe chegou nesse campo a níveis insuperáveis. Ao falarmos deste tema já neste capítulo, sem ainda sairmos dos limites cronológicos do ano de 1913, não nos estamos a antecipar aos acontecimentos. Precisamente nos finais desse ano ocorreu aquilo que se pode definir como o primeiro repique da sineta de alarme, o primeiro sinal: em Dezembro de 1913 chegou a Constantinopla, munido de poderes extraordinários, o general alemão Liman von Sanders. Tinha como missão reorganizar as forças armadas turcas. Ao governo russo era necessário decidir, num futuro bem mais próximo do que até então lhe fora dado crer, se podia e queria entrar numa guerra contra a Alemanha, a Áustria e a Turquia.

2. A MISSÃO DO GENERAL LIMAN VON SANDERS.

O ataque da Itália em 1911-1912 e a primeira guerra balcânica em 1912-1913 tinham sacudido violentamente e desorganizado todo o edifício estatal turco, repercutindo em especial e de forma muito dura sobre o exército. É verdade que a segunda guerra balcânica (Julho-Agosto de 1913) se saldou num êxito para os turcos, que conseguiram tomar Andrinopla aos búlgaros e recuperar uma parte da Trácia; mas isto não demonstrava no entanto que o exército otomano fosse tecnicamente capaz, já que os búlgaros haviam sido obrigados a combater simultaneamente contra a Sérvia, Roménia, Grécia e Turquia e, por isso, os turcos quase não tinham encontrado resistência. Não obstante o seu “êxito” na segunda guerra balcânica, a Turquia, após todas estas sacudidas, parecia ter sido posta fora de combate como força militar autónoma. E era assim como na Rússia se avaliava a situação. Improvavelmente, em Setembro de 1913, espalharam-se na Europa os primeiros rumores de que a Alemanha ia tomar em mãos a completa reorganização do exército turco. O Estado-maior alemão criaria um novo exército turco, de tipo europeu, as fábricas de armas alemãs (com Krupp à cabeça) rearmá-lo-iam e os bancos alemães financiariam a reforma com a garantia da outorga de novas concessões. Tais eram, pois, os primeiros rumores. Tornava-se claro que:

- 1) o governo alemão estava a criar, a toda a pressa, um novo aliado para a guerra que se avizinhava ou, melhor ainda, estava a formar, para uso próprio, um eficiente vassalo, que seria muito útil para atrair e imobilizar uma parte das forças russas na Transcaucásia;
- 2) a Alemanha implantava-se na própria capital, Constantinopla, onde se apoderava do mando das forças militares;
- 3) a dita reforma exigiria, para a sua realização, toda uma série de medidas financeiras que consolidariam ainda mais a posição e alargariam as perspectivas do capital industrial, comercial e bancário alemão na Ásia Menor.

A conclusão geral a retirar não se prestava a qualquer dúvida: a Turquia convertia-se definitivamente num apêndice da Alemanha e da Áustria no campo económico e, no campo político, num posto avançado das forças austro-alemãs no Oriente. A 23 de Outubro de 1913 (velho calendário russo) surgiram as primeiras notícias de fonte oficial alemã. O embaixador alemão em Constantinopla, Wangenheim, comunicou ao embaixador russo Guirs que já fora assinado o irade que autorizava o ministro da Guerra a celebrar um acordo com a missão militar alemã. O general de divisão Liman von Sanders conduziria a missão, coadjuvado por 41 oficiais alemães; estes oficiais seriam conselheiros do Estado-maior turco e chefes das escolas militares; e, por último, formar-se-ia um corpo de tropas especial (em Constantinopla) em que todos os postos de comando seriam ocupados pelos alemães. Provavelmente, um alemão ficaria à cabeça de toda a guarnição da capital. De imediato (em 25 de Outubro) Petersburgo enviou à capital alemã os primeiros protestos, e logo a 28 desse mês (velho calendário) Sazonov fez saber a Berlim que “a missão militar alemã... não poderá deixar de suscitar na opinião pública russa forte irritação e será desde logo interpretada como um acto de manifesta inimizade para conosco. Em particular, a subordinação das tropas turcas de Constantinopla a um general alemão tem de despertar em nós sérios temores e suspeitas”. Os protestos foram inúteis. A 4 de Novembro Kokovtsev, o presidente do conselho de ministros, foi a Berlim para ter uma audiência com Guilherme e reiterou os protestos russos tanto ao imperador como a Bethmann-Hollweg, o chanceler. O imperador procurou desenvencilhar-se da questão por meio de palavras vagas, sem qualquer conteúdo, ainda que Kokovtsev lhe tenha feito notar, com a máxima seriedade, que não somente a Rússia mas também a França e a Inglaterra se sentiriam alarmadas. O Kaiser replicou que também a Inglaterra tinha enviado os seus instrutores navais para a armada turca e que ele, Guilherme, não pudera recusar o pedido turco de instrutores para o exército, porque, no caso contrário, a Turquia ter-se-ia dirigido a outra potência. E acrescentou: “Quisá a Rússia lhe conviesse que fosse a França a tomar a seu cargo o adestramento das tropas turcas, mas para a Alemanha isso constituiria uma derrota moral muito grave”. Entretanto Izvolski conseguiu que de Paris fossem dadas as convenientes instruções para que a diplomacia francesa apoiasse em toda a linha, tanto em Berlim como em Constantinopla e Petersburgo, a Rússia na questão da missão de Liman von Sanders. Os protestos russos assumiram, depois disto, um tom ainda mais enérgico, e Guirs destacou a Wangenheim que era “difícil aos russos tolerar uma situação em que a sua embaixada se encontraria numa capital que tinha uma espécie de guarnição alemã”. Porém, uma após outra, a Alemanha rejeitava todas as reclamações. A 15 de Novembro [continuamos ainda no velho calendário] Sazonov colocou a questão em termos decisivos e deu as competentes instruções para que o embaixador russo em Berlim, Sverbeiev, perguntasse ao chanceler se este se dava conta de que estava em causa o “carácter das nossas ulteriores relações tanto com a Alemanha como com a Turquia. Será possível um intercâmbio amigável de opiniões, apoiado em entrevistas dos monarcas e conversações entre os homens de Estado”? Aqui Sazonov já estava a assumir um tom que, a ser mantido, conduziria directamente e em ritmo acelerado à guerra. Mas, como se explicou mais atrás, a Inglaterra nesse momento não pretendia bater-se e Poincaré, no que respeita ao essencial, não queria combater por uma questão em que a França não tinha qualquer interesse: com efeito, os círculos do grande capital na sociedade francesa, mesmo aqueles que habitualmente apoiavam a política antigermânica de Poincaré, estavam interessados na conservação da integridade territorial da Turquia, e de modo nenhum na sua partilha. Por sua vez, o tom tão veemente e irritado dos protestos do governo russo devia-se precisamente ao facto da iniciativa alemã colocar obstáculos a todo e qualquer projecto de desmembramento da Turquia. Assim, de Londres foi feito saber a São Petersburgo que o secretário de Estado Grey e o embaixador francês em Londres, Paul Cambon, consideravam ser “difícil” encontrar compensações adequadas e que, dum modo geral, “o tom hostil da imprensa russa, como por exemplo do diário Novoie Vremia, pode acarretar resultados contrários devido ao carácter impressionável do imperador alemão”.

Em Petersburgo entenderam as alusões. O tom tornou-se um pouco mais suave e a guerra ficou adiada por mais algum tempo. A missão de Liman von Sanders foi recebida por Guilherme em audiência de despedida a 26 de Novembro de 1913, tendo chegado passados poucos dias a Constantinopla. A violenta nota colectiva de protesto da Entente que Sazonov projectara contra a missão alemã não foi aprovada, e a 29 de Novembro [ainda do velho calendário] Sazonov teve de comunicar a Guirs: “Considerando a mudança produzida nos pontos de vista de Sir Edward Grey acerca da mensagem das três potências à Sublime Porta, e dada a necessidade que temos de coordenar os nossos procedimentos com o grau de apoio com que possamos contar da parte dos nossos amigos e aliados, vemo-nos obrigados a conformarmo-nos com a formulação que propõe Grey”. Grey não queria nem podia proceder de outra maneira. Estava-se precisamente no momento mais áspero e mais agudo da crise irlandesa: os ulsterianos, por um lado, e os irlandeses, pelo outro, amontoavam armas, formavam destacamentos de voluntários e davam-lhes instrução militar; o governo não queria desarmar os ulsterianos, com os quais manifestamente simpatizava, e, ao mesmo tempo, ser-lhe-ia demasiado injusto desarmar os irlandeses, que desta feita se tinham alçado em armas para defender contra os desmandos dos “revoltosos” ulsterianos a autonomia que lhes era concedida pelo próprio governo inglês. A situação tornava-se inextricável. Na Inglaterra, naquele momento, não se podia nem sequer falar numa guerra com a Alemanha por causa da missão de Liman von Sanders. “À minha chegada a Londres – referia o embaixador russo Benckendorf a Sazonov em 17 (4) de Dezembro de 1913 – encontrei a atenção pública de tal forma absorvida pelo projecto do Home Rule irlandês que todo o interesse pelos assuntos externos, como é evidente, desapareceu”. Também em França o ministério de Gaston Doumergue (que substituirá o gabinete de Barthou a 9 de Dezembro de 1913), tendo virado um pouco à esquerda o leme na política interna, decidira adoptar nos assuntos externos um tom mais conciliador. E ainda que o presidente Poincaré continuasse a desempenhar na política externa, de facto, o papel decisivo, tinha que tomar em conta essa mudança. Tanto Sazonov como Izvolski tiveram por fim de reconhecer que desta vez fora a Alemanha quem ganhara a liça. Das palavras que a 30 de Dezembro de 1913 o embaixador alemão em Constantinopla, Wangenheim, disse a Sverbeiev, o embaixador russo em Berlim (Wangenheim tinha vindo a Berlim para informar sobre a situação), claramente se depreende até que ponto Guilherme estava mesmo disposto a ir neste assunto em que não queria, a nenhum pretexto, ceder em nada. Wangenheim afirmou que, à mais pequena concessão da parte alemã em qualquer matéria dalguma importância, “a imprensa germana levantaria um tumulto enorme, pleno de intransigência, e toda a Alemanha estaria do seu lado”. Wangenheim chegou inclusivamente a comparar a situação que se criaria num tal aperto com a candidatura Hohenzollern de 1870. Ou seja, por outras palavras, o diplomata alemão ameaçava abertamente com uma guerra (ele estava a aludir ao facto da guerra franco-alemã de 1870 ter começado com motivo na candidatura de um dos príncipes Hohenzollern ao trono de Espanha). O governo russo, fazendo marcha-atrás em toda a linha, limitou-se a pedir através de Sverbeiev “ao gabinete de Berlim que fizesse, no entanto, alguma coisa para tranquilizar a nossa opinião pública”. Este “algo” foi feito por meio duma “transferência” meramente formal – apenas no papel – de Liman von Sanders do comando do I corpo de exército turco, atribuindo-se-lhe o grau de marechal e o título de inspector-geral de todas as tropas turcas. É claro que isto foi considerado mais como mofa do que como uma concessão. O ministério das Relações Externas russo começou a insistir para que fosse feita mais outra cedência, incluindo-se um representante russo no Conselho da dívida otomana. Mas foi-lhe replicado que a Alemanha jamais acederia a tal, porquanto os seus interesses estavam quase em paridade com os da França e a inclusão de um representante russo conduziria, em detrimento da própria Alemanha, a um desequilíbrio da correlação de forças no Conselho. Assim terminou esta questão. De momento havia-se evitado uma guerra, mas as relações germano-russas tinham-se definitivamente deteriorado. A Turquia encontrava-se sob a influência da Alemanha tanto no campo económico como no político. A imprensa alemã celebrava o facto ruidosamente, destacando que finalmente o governo imperial havia enveredado pelo caminho certo e começado a falar na linguagem que devia usar quem possuía o primeiro exército do mundo e, como resultado disso, tinha ganho a partida. Não tinham sido nem a Rússia nem a Inglaterra, que se digladiavam há séculos por Constantinopla, mas sim a Alemanha quem acabara por a obter, e juntamente com toda a Turquia, “para desenvolver um pacífico trabalho comum com os turcos e para efectivar com eles uma defesa comum” contra as ameaças russas. Estavam criadas as bases para erguer uma sólida barreira contra a Rússia tanto na Ásia Menor como nos Balcãs; reinando em Constantinopla, a Alemanha reinaria igualmente em todos os países balcânicos – a Sérvia estava como que presa entre os dentes duma morsa, apertada entre a Áustria e a renascente Turquia. Por esta vez, a prova de forças fora efectuada com êxito no terreno diplomático: o inimigo tinha-se assustado e recuado ante a ameaça duma prova de forças sobre o terreno militar. Mas havia que perseverar, que dar-se pressa, antes que o inimigo pudesse recuperar, enquanto todavia estivesse em dificuldades. Foi com esta disposição de ânimo que uma parte dos círculos mais influentes da sociedade alemã acolheu o novo ano de 1914.

3. A ORIENTAÇÃO DOS CÍRCULOS DIPLOMÁTICOS RUSSOS. A QUESTÃO DE CONSTANTINOPLA E DOS ESTREITOS. Ainda que não se queira atribuir uma excessiva importância ao facto da diplomacia alemã se encontrar como que embriagada por esse seu êxito, na verdade considerável – dado que parecia melhorar os assuntos auto-germanos, tão seriamente comprometidos pelas duas guerras balcânicas –; é necessário ter presente que, nos círculos dirigentes alemães, os elementos em número constantemente decrescente que ainda tentavam opor-se ao príncipe herdeiro e ao Estado-maior já só com muita dificuldade conseguiam defender as suas posições. Se a Entente se vira na necessidade de aceitar tão depressa a missão de Liman von Sanders, e todas as incontáveis conseqüências que daí derivavam, isso significava que a Entente nesse momento não estava de facto em condições de combater. Chegava-se a tal conclusão da maneira seguinte: A Rússia deseja combater, mas não se atreve sozinha a empreender uma guerra; a França e a Inglaterra não querem nem podem combater neste momento. Além disso, provavelmente, a Inglaterra não quererá combater ao lado da Rússia, nem mesmo que esta esteja em condições de fazê-lo, de forma a não contribuir para o seu reforço, com o qual se reinstalaria a velha rivalidade na Pérsia. Por último, após o êxito da missão de Liman von Sanders, parecia definitivamente descartada qualquer hipótese de

resistência mais séria face ao imperialismo agressivo por parte da social-democracia ou, pelo menos, por parte da direcção do partido e da maioria do grupo parlamentar. E o governo apenas tomava em consideração estes dois organismos do partido social-democrata. É certo que em 1913 a bancada social-democrata no Reichstag tinha votado contra o governo imperial quando este solicitou o reforço extraordinário de créditos para o exército; mas, em primeiro lugar, tratou-se dum simples gesto platónico, dado que, de todo modo, estava assegurada no Reichstag uma sólida maioria a favor do projecto, e, em segundo lugar, nos debates não abertos ao público das comissões parlamentares, o grupo social-democrata comportou-se de forma muito dócil quando o projecto do governo foi discutido na especialidade; por fim e em terceiro lugar, no congresso partidário celebrado nesse mesmo ano em Lena a conduta do grupo parlamentar foi aprovada por 336 votos contra 140, e desses 140 votos muitos atacavam a conduta do grupo não a partir da esquerda, mas sim da direita. Assim, uma posição de princípio contra os abertos preparativos de guerra estava de todos os modos fora de questão. Rosa Luxemburgo tentou criticar na imprensa (no *Leipziger Volkszeitung*) o comportamento do grupo parlamentar, mas a sua voz permaneceu isolada, sem conseguir grande influência. A atitude de hostilidade face a toda a Entente, e não apenas em relação à Rússia, que já se delineava em 1913 e se tornou predominante em 1914, mais não fazia do que facilitar e simplificar as coisas, rematando o processo. As consignas da “luta contra o czarismo” e de “mehr Land” (mais terra) uniam os mais heterogéneos elementos já nos primeiros meses de 1914. Desde há muito que nada a isso se opunha. Da entrevista em Potsdam entre Guilherme II e Nicolau II e das negociações que ali tiveram lugar esperara-se muito pouco, inclusive no próprio momento em que decorreu esse encontro. Sabia-se que a Alemanha tinha obtido garantias de que os seus interesses económicos na Pérsia não seriam postos em causa; que se havia conseguido um acordo de princípio sobre a ligação do linha-férrea de Bagdad com a rede ferroviária da Pérsia. Mas tudo isto não trouxera uma distensão nas relações, e nos anos de 1911-1913 já ninguém falava ou sequer pensava na entrevista de Potsdam [efectuada em Novembro de 1910]. A hostilidade e os receios frente à política russa cresciam de modo constante em Berlim. Esse estado de espírito era fortemente sustentado e intensificado pelas notícias que chegavam da Rússia. Até agora ainda não foi escrita uma história sistemática e detalhada dos últimos meses de paz, contudo na actualidade, com base nos materiais que temos à nossa disposição, pode-se afirmar que uma pesquisa deste género seria dum aliciante interesse sociológico geral, e quiçá o mais interessante (e mais difícil) nela seria a exacta definição e interpretação de qual foi a orientação dos círculos dirigentes russos nos finais de 1913 e na primeira metade de 1914. Prescindimos aqui da história russa e falaremos da Rússia cingindo-nos exclusivamente ao que é indispensável para reconstituir o nexos lógico dos acontecimentos na Europa Ocidental. O perigoso jogo que vinha sendo praticado pela diplomacia russa resultava de causas complexas e bastante heterogéneas: 1. O capital comercial e industrial russo, a partir do acordo anglo-russo de 1907, via a Pérsia como um mercado de consumo e (em parte) uma fonte de matérias-primas que já estariam sólida e permanentemente na sua posse. As exportações russas para a Pérsia constituíam cerca de 50% do total das importações deste país. A concorrência inglesa não era nada desprezível, sendo, ao invés, até muito considerável, mas era preciso tolerá-la durante certo tempo e tê-la em conta em vista das vantagens comuns que resultavam da existência da Entente. Não obstante tinham surgido em 1912-1914, tal como já dissemos, alguns contrastes, ingratos para ambas as partes, nas relações anglo-russas. Por outro lado, os representantes do comércio e da indústria russa não pretendiam tolerar, de maneira nenhuma, a invasão do capital alemão que ano trás ano (em particular desde 1909), mal-grado todas as partilhas anglo-russas das “esferas de influência”; invadia de maneira sempre mais resoluta quer a zona russa quer a inglesa, nem tampouco queriam consentir que os ramais orientais da linha-férrea de Bagdad unissem completamente a Pérsia aos países vassallos do capital financeiro alemão. Mais ainda. No Império Turco os interesses económicos russos não eram tão consideráveis como na Pérsia; muito longe disso, as exportações russas para a Turquia eram bastante pequenas, porém, nas tendências agressivas que despertavam nos círculos comerciais e industriais russos, operava face à Turquia o mesmo factor que era característico da política colonial das potências capitalistas mais antigas e desenvolvidas: afigurava-se como necessário e possível, nos planos para o futuro, tender à conquista e ao domínio total sobre novos mercados, especialmente daqueles que, como os da Ásia Menor, estavam geograficamente tão próximos da Rússia e com ela vinculados. “Lutar pelas costas do Mar Negro!” Foi a palavra de ordem que apareceu na imprensa russa exactamente nos últimos anos do anteguerra. Esta palavra de ordem tinha de adquirir novo vigor e assemelhar ser realizável precisamente após a adesão da Rússia à Entente em 1907: a França e a Inglaterra, duas grandes potências que durante 200 anos haviam defendido a Turquia frente à Rússia e em 1854-1855 chegaram mesmo a empunhar as armas contra ela para proteger o Império Otomano, convertiam-se agora em nações suas amigas. Quem, então, podia impedir a realização daquele desígnio? Unicamente a Alemanha e a Áustria. Contra estas, portanto, se virou o exaltado fervor da imprensa que era chegada às altas esferas da classe comercial e industrial. Em 1909, 1910 e nos anos subsequentes essa classe opôs-se em numerosíssimas questões à política interna do governo. P. P. Riabuschinsky (1) tinha preconizado que se “reiniciasse a peleja do comerciante Kalaschnikov contra o oprichnik Kiribeievich” (2), porém, na política externa, “este” comerciante Kalaschnikov não fazia outra coisa senão instigar e açular o oprichnik Kiribeievich contra a Alemanha, a Áustria e a Turquia, sem o conter de forma nenhuma. E à medida que se aproximava o termo do acordo russo-alemão de comércio (celebrado em 1904), tanto mais áspero e intransigente se tornava o tom usado por esses círculos. A denúncia do tratado russo-alemão e a “guerra aduaneira” entre as duas potências prejudicavam a agricultura e a propriedade latifundiária (que perdia a possibilidade de exportar para a Alemanha), todavia beneficiavam os industriais, dado que eram eliminadas as importações de produtos industriais alemães. E o facto da “guerra aduaneira” também se aproximar muito duma outra guerra em que não se combate com tarifas proteccionistas, mas sim fazendo soar os canhões, era coisa que se tinha deixado de temer desde que a Rússia aderira à Entente. (1) Um dos mais poderosos industriais moscovitas (nota de N. Caplán, o tradutor da edição argentina). (2) Oprichnik, membro da oprichina, guarda pessoal de Ivan o Terrível. Neste caso, trata-se duma figura literária referida a um poema de Mikhail Lermontov (nota de N. Caplán). 2.

Nas camadas da alta e média nobreza à volta do trono, no seio das quais se recrutavam os quadros para os postos de comando na administração civil e no exército, existiam duas tendências em conflito. Uma delas, a do nacionalismo belicista, fixava o seu olhar nas costas do Mar Negro, mas comprazia-se em assumir a forma, a ideologia e a fraseologia eslavófilas. A destruição da Áustria, a libertação da “Galícia oprimida” (e a sua anexação à Rússia), a idêntica emancipação dos demais eslavos austríacos, a luta do eslavismo contra o germanismo, a cruz ortodoxa de oito pontas sobre o templo de Santa Sofia em Constantinopla, a supremacia da Rússia na península balcânica: tais eram as ideias e as aspirações dos expoentes desta tendência. Os espalhafatosos e muito falados banquetes eslavos em São Petersburgo, a intensa (e amiúde muito bem organizada) propaganda nos diários mais difundidos, as viagens do conde Bobrinsky pelas possessões eslavas da Áustria-Hungria, com claros propósitos de agitação, eram as manifestações que mais se destacavam na actividade deste grupo. Nas esferas dirigentes russas eram muitos os que simpatizavam com este movimento. Dar um apoio ao edifício da monarquia que vacilava desde 1905, extirpar a recordação das derrotas da Manchúria, alcançar com uma guerra ditosa uma nova – e desta vez imensa – expansão do território russo, significaria (nas suas esperanças) adiar por tempo indeterminado o necessário acerto das contas acumuladas com a revolução, que fora reprimida, reduzida ao silêncio, mas não destruída. O que não se tinha conseguido na Manchúria podia ser alcançado nos Balcãs, na Galícia austríaca, na Arménia, dado que a Inglaterra e a França estariam ao lado da Rússia. A hostilidade frente à Alemanha e Áustria unia as figuras de proa desta tendência, que em grande parte se sentavam ao centro e à direita, porém nunca na extrema-direita da Duma Imperial (3), junto com os representantes das correntes liberais que, por sua vez, reflectiam as já referidas aspirações dos círculos comerciais e industriais. No seio do governo, esta corrente estava representada por Izvolski (inicialmente, em 1906-1910, ministro das Relações Externas, e logo depois embaixador em Paris), por Sazonov, ministro das Relações Externas em 1910-1916, pelo grande duque Nikolai Nikolaievich, pelo chefe do Estado-maior, general Ianuschkevich, e por toda uma série de pessoas que levantavam um grande alvoroço tanto na imprensa como nos banquetes eslavos que se organizavam na Rússia e no estrangeiro. As viagens propagandísticas de Bobrinsky à “Galícia oprimida” eram interpretadas na Áustria como um aberto desafio, mas em São Petersburgo e em Moscovo gozavam de grande crédito. (3) Parlamento czarista, com direito à palavra mas, na prática, sem direito a voto (nota de N. Caplán). Com base nestes interesses e orientações, a questão de Constantinopla e dos Estreitos (como já muitas vezes havia acontecido na história diplomática russa) foi-se pouco a pouco promovendo a primeiro plano. Nos tempos do ministério de Izvolski esta questão ainda não podia ser posta de maneira nua e crua: ardiam ainda as feridas manchurianas, eram todavia incertas as perspectivas duma vitória estável sobre a revolução e Stolypin (4), como estava convencido de que um conflito bélico acarretaria inelutavelmente uma nova revolução (desta vez, quiçá também vitoriosa), de modo nenhum o desejava. Porém com Sazonov a situação alterou-se. Stolypin tinha desaparecido (5), e Kokovtsev, que também era um inimigo jurado de todo o género de aventuras militares e da política belicista, não tinha o prestígio nem a energia de Stolypin; o exército estava a reorganizar-se, facto de que se falava muitíssimo; tanto que até se criou um estado de ânimo muito mais optimista do que aquele que podiam esperar os próprios expoentes do “renascimento do exército russo”, que bem sabiam a que ponto as tropas não estavam ainda preparadas para uma guerra europeia; o movimento revolucionário não recuperava o vigor e, ano atrás ano, ia empalidecendo a memória da procela que se desencadeara em 1905; e, por último, umas quantas colheitas abundantes repercutiram de modo muito favorável sobre as finanças russas. (4) Ministro do Interior e, logo, Presidente do Conselho de Ministros, influente e ultra-reaccionário (nota de N. Caplán). (5) Morto a tiro no Teatro Municipal de Kiev pelo terrorista Bogrov, membro do Partido Socialista Revolucionário (nota de N. Caplán). Tudo isto tornou mais fáceis as tarefas de Sazonov em Petersburgo, de Izvolski em Paris e de Hartwig em Belgrado. Já em 1912-1913, durante as duas guerras balcânicas, havia vontade de intervir directamente na refrega. E só a atitude de Poincaré em Paris e de Grey em Londres, que se recusaram a apoiar a política russa Balcãs, pôde operar à maneira de freio. Em 1913 e nos primeiros meses de 1914 discutiu-se por repetidas vezes a questão dos objectivos da política externa russa e, em três consultas sucessivas, Sazonov desenvolveu a ideia de que se estava a aproximar o dia em que a Rússia havia de proclamar os seus direitos soberanos sobre Constantinopla e os Estreitos (63). (63) Aqueles que se interessam pelos detalhes e pela documentação original podem consultar as importantíssimas publicações do Comissariado do Povo para os Assuntos Estrangeiros, Constantinopla e os Estreitos e A repartição da Turquia asiática, com prólogos de E. A. Adamov. A primeira destas compilações de documentos apareceu em 1925 e a segunda já em 1924, em Moscovo. A questão de Constantinopla e a actividade da diplomacia daquela época foram tratadas pela primeira vez de forma documentada por M. N. Pokrovski em As três conferências, um artigo publicado no Noticiário do Comissariado do Povo para os Assuntos Estrangeiros (Vestnik narodnogo komissariata inostrannykh del), 1919, nº 1. Esta tendência, portanto, tinha triunfado nas esferas dirigentes de São Petersburgo em 1912-1914. A segunda tendência no interior das esferas governantes era decididamente hostil a essa política belicosa. À cabeça das suas figuras de proa achava-se P.N. Durnovó, ex-ministro do Interior no gabinete do conde Witte em 1905-1906 e, após a demissão, membro do Conselho de Estado. Em todas as questões de política interna, Durnovó era um ultra-reaccionário e, por exemplo, considerava possível e admissível o uso de todos os meios, sem excepção, na luta contra o movimento revolucionário. Na política externa, salvo Kokovtzev, Witte (64) e uns poucos mais, os partidários dos pontos de vista de Durnovó entre as personagens governantes eram, na sua esmagadora maioria, conservadores de extrema-direita ao estilo de Schvanebakh. E isto não sucedia por acaso. (64) E. V. Tarlé, O conde S. I. Witte. Ensaio para a caracterização da política exterior (reproduzido no mesmo tomo da edição russa das obras completas em que figura, editado pela terceira vez, este texto da “A Europa na época do imperialismo”). Para Durnovó, o que interessava acima de tudo era a preservação da monarquia na Rússia, se possível na forma que havia assumido após a repressão do movimento revolucionário de 1905-1907: em geral, a política externa apenas lhe interessava na medida em que podia sustentar a monarquia russa ou levar à sua supressão. Também para os seus partidários esta mesma razão de política interna era crucial. P. N. Durnovó expôs os

seus pontos de vista num memorial especial que apresentou ao imperador Nicolau II em Fevereiro de 1914 (65). (65) Foi por mim publicado no nº 19 da revista *Byloie* (“O passado”): A orientação alemã e P. N. Durnovó em 1914, *Byloie*, 1922, nº 19, págs. 161-176. Façamos tão-só uma resenha da parte essencial deste interessante documento. Céptico e cínico por natureza, conhecendo a fundo tanto os seus amigos como os inimigos, Durnovó revelava aqui uma notável perspicácia. “O factor central do período que estamos a atravessar – escreve Durnovó – é constituído pela rivalidade entre a Inglaterra e a Alemanha. Esta rivalidade tem que levar inevitavelmente a uma luta armada entre as duas potências cujo resultado, com toda a probabilidade, será fatal para a parte vencida. Os interesses destes dois Estados são inconciliáveis em demasia, e a sua coexistência como grandes potências mostrar-se-á mais tarde ou mais cedo completamente impossível”. Mas, na opinião de Durnovó, a Rússia não devia em nenhum caso tomar parte activa nesse choque: “A Alemanha não retrocederá diante duma guerra e, é claro, procurará inclusive provocá-la, escolhendo o momento que lhe seja mais propício. O peso principal da guerra, sem dúvida nenhuma, cairá sobre as nossas costas.” Ele previa que também provavelmente a Itália, a Roménia, a América do Norte e o Japão interviriam ao lado da Entente contra a Alemanha; mas a Rússia estava demasiado mal preparada: eram insuficientes as reservas de materiais de guerra, débil a indústria, péssimo o estado das instalações e equipamentos ferroviários, escassa a artilharia e o número de metralhadoras. A Polónia não iria manter-se fiel à Rússia durante a guerra, o que, por si só, constituiria um factor muito desfavorável no conflito. Todavia, ainda admitindo a hipótese de uma vitória sobre a Alemanha, Durnovó não via nela grandes vantagens. Poznan e Prússia Oriental eram povoadas por elementos hostis à Rússia, de maneira que não fazia qualquer sentido retirá-las à Alemanha. A anexação da Galícia avivaria o separatismo ucraniano, que “pode assumir proporções totalmente inesperadas”. Quanto à abertura dos Estreitos, isso sim, podia ser obtido facilmente, e sem guerra! Na opinião de Durnovó, a Rússia não ganharia nada com a derrota da Alemanha, saindo, ao invés, a perder. Por maior que fosse o êxito no final da guerra, a Rússia sairia dela extremamente endividada para com os seus aliados e os países neutrais, ao passo que uma Alemanha em ruínas não estaria, como é óbvio, em condições de indemnizar a Rússia dos seus gastos de guerra. Mas todo o peso da argumentação de Durnovó se acha concentrado nas últimas páginas do seu memorial, quando fala de uma eventual derrota da Rússia. À semelhança de Frederico Engels, cuja posição política estava nos antípodas da sua, também Durnovó pensava que, no actual período histórico, num país que sofresse um descalabro bélico poderia advir a revolução social. E mais: ele pensava que, mesmo com uma eventual vitória da Rússia, ainda assim era ali de todo modo possível uma revolução, porque o incêndio podia propagar-se a partir da Alemanha (onde, em caso de derrota, previa como inevitável a revolução). “Um terreno especialmente favorável a mudanças revolucionárias é o oferecido pela Rússia, onde sem dúvida as massas professam, dum modo inconsciente, o socialismo. Apesar do espírito de antagonismo na sociedade russa face ao governo, tão inconsciente como o socialismo nas vastas massas populares, uma revolução política é impossível na Rússia, e qualquer novo movimento revolucionário tem de degenerar inevitavelmente num movimento socialista...” “Por detrás da nossa oposição [institucional] não há nada que a suporte; ela carece do apoio do povo, que não vê nenhuma diferença entre um funcionário público e um intelectual. Na Rússia o homem simples do povo, o camponês e o operário, não procura direitos políticos, que não lhe são necessários nem compreende. O camponês sonha em receber gratuitamente a terra alheia, o operário quer apoderar-se de todo o capital e dos lucros do industrial, e os seus apetites não vão para além disto. E basta que se difundam amplamente estas palavras de ordem entre a população, basta que a autoridade tolere impunemente a agitação nesse sentido, para que a Rússia se veja lançada na anarquia...” E logo Durnovó de novo insiste em que, mesmo no caso de que a Rússia saia vitoriosa, tampouco conseguirá evitar o movimento revolucionário. A única diferença reside em que, na hipótese dum desfecho vitorioso da guerra, tal movimento será destruído, “pelo menos enquanto a onda da revolução social alemã não nos alcançar”. “Mas também no caso de uma derrota, cuja eventualidade não se pode deixar de prever na refrega contra um adversário como a Alemanha, a revolução social é inevitável entre nós nas suas formas mais extremas. Como já foi dito, o problema começará pela atribuição ao governo de todos os fracassos. Nos órgãos legislativos será lançada uma furibunda campanha contra o mesmo, a que se seguirão através do país as acções revolucionárias. Estas lançarão de imediato palavras de ordem socialistas, as únicas capazes de levantar e unir as amplas massas populares: ao início, a partilha das terras e, depois, de todos os bens e de toda a propriedade. O exército vencido, tendo perdido ademais durante a guerra a parte mais segura do seu efectivo regular, ganho na sua maioria pelos espontâneos anseios dos camponeses à posse da terra, estará demasiado desmoralizado para poder servir como um baluarte da lei e da ordem. Os órgãos legislativos e os partidos da oposição dos intelectuais, carentes dum efectivo prestígio aos olhos do povo, não estarão em condições de deter a tempestuosa maré popular por eles próprios levantada, e a Rússia será lançada na mais funesta anarquia, cujos efeitos são impossíveis de prever.” A conclusão a que chegava Durnovó era esta: é necessário romper o mais depressa possível a aliança com a Inglaterra e atrair a Alemanha para a aliança franco-russa. Porém Durnovó ficou em minoria. Na imprensa russa, não apenas na oficial, mas, inclusive, nalguns órgãos da imprensa liberal, na Duma e no Estado-maior, a tendência belicista manifestava-se de mês para mês de forma cada vez mais pronunciada. Naturalmente, toda uma série de pessoas competentes conhecia qual era a verdadeira situação: o exército estava insuficientemente preparado; o ministro da guerra Sukhomlinov, assim como todo o seu ministério, não se encontrava à altura da missão; elementos irresponsáveis intrometiam-se e assenhoreavam-se das coisas com impudência; o círculo dos que rodeavam Sukhomlinov era suspeito; e nem sequer se podia hipoteticamente prever o nome de um ulterior comandante em chefe do exército que fosse capaz de arrostar a situação. Mas naquele momento nem todos advertiam plenamente tudo isso, ou pura e simplesmente não queriam daí extrair todas as consequências. A existência da Entente hipnotizava a muitos. Pois quem poderia vencer uma semelhante força? As altas esferas, os elementos mais chegados ao governo e de maior confiança, estavam já ao corrente da IX Conferência entre os chefes dos Estados-maiores dos exércitos aliados, Zhilinski e Joffre, efectuada em Agosto de 1913, e em traços gerais sabiam que, face ao aumento das forças armadas

alemãs por consequência da lei de 1913, a Rússia devia empenhar-se em concentrar as suas forças por forma a que, no 16º dia após o início da mobilização, pudesse invadir a Prússia Oriental ou marchar sobre Berlim seguindo a linha directriz de operações que passa ao sul dessa província (artigo 3 do Protocolo da IX Conferência). Nas altas esferas do exército e do governo, na altura dessa conferência secreta, isto é, desde Agosto de 1913, e também na Duma e em círculos mais amplos a partir dos primeiros meses de 1914, alguns sabiam igualmente que os franceses haviam reclamado a construção, de modo a acelerar a concentração das tropas russas, de toda uma série de novas linhas ferroviárias (a duplicação da linha Batraki - Penza - Riaznsk - Smolensko, da linha Rovno - Sarny - Baranovich, da linha Lozovaia - Poltava - Kiev - Kovel e a construção de uma nova linha de via dupla Riazan - Tula - Varsóvia. Já antes da IX Conferência, e sempre a exigências do Estado-maior francês, fora quadruplicado o troço entre Zhabinka e Brest-Litovsk, e duplicada a secção Briansk - Gomel - Luninets - Zhabinka. Por último Zhilinski comprometeu-se com Joffre no sentido de que seriam consideravelmente reforçadas, ainda em tempos de paz, as tropas aquarteladas em Varsóvia, de molde a criar uma ameaça mais séria e a atrair para a fronteira russa maiores contingentes de tropas alemãs.

Tudo isto, é claro, era conhecido na Alemanha; o serviço de informações alemão, no que respeita ao que se passava em São Petersburgo estava muito bem organizado e, além disso, a situação e os hábitos do ministério de Guerra russo eram tais, que não era preciso um grande esforço para estar ao par dos seus segredos militares. De acordo com as tarefas cumprir que se inferiam das resoluções da IX Conferência militar, a Rússia e a França não poderiam intervir muito rapidamente; de todo modo, ainda não estariam prontas em 1914. E esta circunstância podia ser vista como mais um argumento a favor da ideia de que a Alemanha corria um grave risco ao postergar o conflito, dado que o tempo corria contra ela. Com efeito, caso a mobilização e a concentração das tropas russas fosse acelerada, ter-se-ia pela frente na fronteira oriental uma ameaça tão grave e imediata que seria forçoso renunciar à concentração de todas as forças próprias unicamente contra a França no decurso das primeiras semanas de guerra. E se as coisas se apresentassem dessa maneira todo o plano de Schlieffen se dissiparia como fumo. Havia que decidir, e decidir de imediato. "No presente Verão cumprir-se-á o destino" (In diesem Sommer wird Schicksal), escrevia sem rodeios o publicista Maximilian Harden na Primavera de 1914. Ele era então um dos que mais instigavam o governo alemão a adoptar funestas decisões, um daqueles que escarneciam de Guilherme pelo seu pacifismo e procuravam precipitar os acontecimentos. Mas depois do esmagamento da Alemanha e após a revolução, isso não impediu este mesmo Maximilian Harden de assumir, como se nada se tivesse passado, a pose do profeta vindicador contra o destronado Guilherme e os seus generais e contra o militarismo germânico. Nunca haviam sido tão tensas as relações entre a Alemanha e a Rússia como após a instalação de missão de Liman von Sanders em Constantinopla; e jamais se verificara um tão provocante e belicoso quer na imprensa de maior influência russa quer na alemã. Ao longo de todo o seu reinado, Guilherme II jamais esteve tão perto de tomar uma decisão crucial como em finais de 1913 e nos primeiros meses de 1914. E nunca em Petersburgo se havia brincado tanto com o fogo como durante esse período.

4. A TENSÃO NA EUROPA NO DECURSO DOS PRIMEIROS MESES DE 1914.

Já na Primavera de 1913 o embaixador francês em Berlim, Jules Cambon (irmão do embaixador francês em Londres, Paul Cambon) enviara ao seu governo algumas notícias extremamente alarmantes. As celebrações do centenário da libertação da Alemanha do domínio de Napoleão I (1813-1913) transformaram-se numa série contínua de manifestações antifrancesas e, para além disso, procurava-se incutir na população a ideia de que quicá estava próximo o momento em que haveria de novo que combater o mesmo inimigo hereditário. O adido militar francês, tenente-coronel Serret, informava que o governo alemão estava irritado com o restabelecimento em França do serviço militar de três anos, o que a Alemanha considerava uma provocação, ameaçando com medidas de represália. Serret destacava que a "opinião pública" não havia perdoado ao imperador os seus receios e o seu recuo no caso de Agadir, e que não lhe consentiria que actuasse da mesma forma uma segunda vez. A 6 de Maio de 1913 Jules Cambon insiste formalmente na inevitabilidade e proximidade duma agressão alemã, e refere as palavras do chefe do Estado-maior alemão, von Moltke: "A Alemanha não pode nem deve dar tempo à Rússia de se mobilizar... Há que iniciar a guerra sem demora para esmagar terminantemente toda a resistência". Por fim, em Novembro de 1913, houve uma importantíssima conversa, na presença do chefe do Estado-maior von Moltke, entre Guilherme II e o rei belga Alberto I. Este último ficou extremamente perturbado com o que ouviu: o imperador alemão declarou-lhe que a guerra contra a França era inevitável e que o êxito alemão no conflito estava completamente assegurado, Moltke, por seu lado, tinha acrescentado que a guerra não só era inevitável como também necessária. Uma tal franqueza com o rei da Bélgica era devida, desde logo, ao desejo de sondar o terreno: ofereceria a Bélgica resistência caso os alemães invadissem o seu território para atacarem, de acordo com o plano Schlieffen, a desprotegida fronteira setentrional francesa? Alberto transmitiu de imediato esta conversação ao governo francês. Entre todas as razões que impeliam em crescente medida para a guerra Guilherme II havia mais uma, por nós já assinalada, que mesmo Jules Cambon, nos seus informes, era inclinado a exagerar: Guilherme II temia a influência cada vez maior do príncipe herdeiro, em quem os pangermanistas e as altas esferas militares viam o seu verdadeiro representante. Tal circunstância, que tinha um carácter pessoal, acessório, secundário, foi não obstante capaz de influir no sentido de que o imperador, considerando que isso lhe era oportuno, assumisse o papel de fautor da política de guerra. De acordo com o parecer dos peritos militares não apenas alemães como também neutrais e, inclusive, adversários, desde que surgiu a humanidade jamais houvera no mundo, em país algum, uma força militar tão poderosa, perfeitamente organizada e equipada, adestrada e eficiente como o exército alemão na Primavera de 1914. A execução do plano Schlieffen e, por consequência, a vitória em dois meses sobre a França e a Rússia, antes ainda que esta última pudesse concentrar todas as suas forças, parecia ser indubitável. Mas mesmo assim ficava entretanto ainda uma dúvida por dissipar: como se comportaria a Inglaterra? Já atrás indicámos quais foram as circunstâncias que induziram o governo alemão a acreditar na inverosímil quimera da neutralidade inglesa. Limitar-nos-emos agora a acrescentar que as circunstâncias pareciam conjugar-se, como que de propósito, para confirmar em definitivo Guilherme e o chanceler Bethmann-Hollweg no seu erro fatal. Na Primavera de 1914 Sir Edward Carson, dirigente dos ulsterianos,

estava abertamente a preparar a guerra contra as três províncias católicas da Irlanda. Os dirigentes dos irlandeses (Redmond, Dillon e Devlin) repetiam cada vez com maior insistência que tampouco eles podiam continuar a impedir os seus compatriotas de se mobilizarem para combater na guerra civil que se preparava. Os Sinn Feiners começavam a adquirir uma forte influência no meio rural irlandês, isolando os moderados. Por último, a 20 de Março de 1914 deu-se em Curragh o célebre protesto: os oficiais de um destacamento inglês enviado para conter os ulsterianos recusaram-se a obedecer a qualquer ordem de repressão. Por outras palavras, o exército inglês não simpatizava em nada com a futura autonomia da Irlanda. A estes primeiros oficiais outros mais se seguiram. Na verdade, e como já foi dito, essa “amotinação” amedrontava muito pouco o governo; mais ainda, alguns dos seus membros simpatizavam abertamente com os ulsterianos e declaravam-no em público; contudo a tempestade que se desencadeou no parlamento a propósito do “motim” foi extremamente violenta. Neste órgão, para já não falar dos conservadores, também uma parte dos liberais (o partido do governo) simpatizava com os ulsterianos e mostrava-se, por isso, condescendente com a revolta dos oficiais. Entretanto na Irlanda já se havia dado início a uns quantos choques sangrentos e o governo não podia nem queria pôr-lhes termo, para não ter que tropeçar de novo na recusa dos oficiais de marchar contra os ulsterianos. “Que há, pois, de estranho no facto de que os agentes alemães transmitissem e os estadistas alemães se convencessem que a Inglaterra estava paralisada pelas discórdias entre os partidos e se encaminhava para a guerra civil, e que não se devia tomar em consideração como um factor da situação na Europa? Como podiam eles aperceber ou medir os profundos entendimentos que não se revelava (66), que se achavam muito por baixo da espuma, do fervor e do furor da tormenta?” Escreve, ao recordar os acontecimentos irlandeses da Primavera e Verão de 1914, Winston Churchill, naquela época primeiro Lord do almirantado. Esses “profundos entendimentos”, que não eram revelados, entre os partidos em disputa – o conservador e o liberal – diziam precisamente respeito ao problema do combate à política externa alemã. Tampouco os ulsterianos divergiam neste ponto dos irlandeses da fracção moderada de Redmond. Os Sinn Feiners, esses sim, divergiam, mas naquela época não tinham ainda muita força. (66) “...The deep unspoken understandings...”, Winston Churchill, *The World Crisis*, Londres, 1923, pág. 185. De uma maneira ou doutra o significado dessa procéla anglo-irlandesa foi enormemente exagerado na Alemanha. E o curioso é que a diplomacia alemã, pretendendo tranquilizar-se definitivamente quanto às intenções da Inglaterra, resolveu adoptar para com esta o mais cordial e atencioso dos tons. Reiniciaram-se e prosseguiram, na atmosfera mais cordial, as negociações para uma delimitação amigável das esferas de influência em África. Tanta cordialidade da parte da Alemanha não podia deixar de ser assinalada pelos membros do governo britânico. Em Junho de 1914, ao mesmo tempo que outros navios de guerra ingleses visitavam Kronstadt, uma grande esquadra britânica visitou a frota alemã ancorada em Kiel, sendo recebida com efusivas demonstrações de amizade. Celebraram-se banquetes e festejos em que confraternizaram os marinheiros e oficiais de ambas as frotas. O canal de Kiel, que após longos trabalhos estava praticamente concluído, poderia por fim ser atravessado pelos grandes couraçados e o acontecimento foi festejado pelas frotas de ambas as potências navais, as maiores do mundo. Guilherme II compareceu pessoalmente nos festejos, para saudar os marinheiros ingleses. Simultaneamente, a política áspera e provocadora e o tom de desafio face à Rússia e à França faziam sobressair ainda mais as inesperadas e efusivas demonstrações de amizade para com a Inglaterra. Não muito antes da guerra, Lord Haldane dissera em certa ocasião ao embaixador alemão, príncipe Lichnowsky, que a Inglaterra não toleraria, sob nenhum pretexto, o esmagamento da França e a definitiva instauração da hegemonia alemã sobre o continente. Guilherme sem dúvida sabia-o (67), tal como, no seu íntimo, o chanceler Bethmann-Hollweg, mas também aqui o plano Schlieffen desfazia todas as dúvidas e hesitações: para entrar na guerra e conseguir salvar Paris, a Inglaterra tinha de criar, primeiramente, um muito numeroso e combativo exército terrestre, coisa que era impossível de fazer em oito semanas. Entretanto tudo estaria acabado, a intervenção inglesa chegaria inevitavelmente tarde e não faria nenhum sentido. Independentemente disso, e o que era o mais importante, as circunstâncias na Inglaterra não eram tais que alentassem a uma intervenção. Por último, a Inglaterra certamente não responderia com gestos de amabilidade recíproca se estivesse disposta a ajudar a Rússia e a França. A respeito disto foram feitas alusões muito francas na Alemanha enquanto decorriam os festejos de Kiel. Porém, a meio das celebrações, Guilherme II regressou apressadamente a Berlim: tinha recebido um telegrama a notificá-lo de que os conspiradores sérvios acabavam de assassinar na cidade da Sarajevo o herdeiro do trono austríaco, o arquiduque Francisco Fernando, e a sua esposa. (67) Ver KRONPRINZ, *Erinnerungen*, Berlim, 1922, pág. 111 [págs. 122-123 no texto da hiperligação].